

## **As percepções dos atores sociais da economia solidária na formação do circuito econômico**

*The perceptions of social actors of the solidarity economy in the formation of the economic circuit*

*Las percepciones de los actores sociales de la economía solidaria en la formación del circuito económico*

**Silvio Cezar Arend**

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-7685-3710>

**Alonso Nunes Coelho**

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil

<https://orcid.org/0009-0000-8733-9987>

**Cidonea Machado Deponti**

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-8833-1450>

**Resumo:** Este artigo objetiva analisar a percepção de atores do movimento da Economia Solidária acerca da importância do Artesanato e da Agricultura Familiar na formação do seu Circuito Econômico. O recorte definido para o estudo deve-se ao fato de os dois segmentos econômicos terem sido contemplados pela resolução aprovada na primeira Conferência Nacional da Economia Solidária no ano de 2006. O estudo buscou analisar a percepção dos trabalhadoras e trabalhadores de empreendimentos, gestoras e gestores públicos e assessoras e assessores de entidades de apoio, que atuaram no circuito econômica da Economia Solidária no período entre os anos 2001 e 2021. A partir dos dados coletados por meio da pesquisa documental, bibliográfica e entrevistas semiestruturadas observou-se que a essência da Economia Solidária é produzir, a partir dos territórios e suas realidades locais, processos de organização social e econômica que articulem os diferentes Atores e Agências presentes no território, em uma perspectiva de solidariedade entre iguais.

**Palavras-chave:** Cooperativismo. Economia Solidária. Política Pública. Artesanato. Agricultura Familiar. Desenvolvimento Territorial.

**Abstract:** This article aims to analyze the perception of actors in the Solidarity Economy Movement about the importance of handicrafts and family farming in the formation of their economic circuit. The focus of the study is due to the fact that the two economic segments were included in the resolution approved at the first National Conference on Solidarity Economy in 2006. The study sought to analyze the perceptions of workers in enterprises, public managers and advisors to support entities, between 2001 and 2021. Based on the data collected through documentary and bibliographic research and semi-structured interviews, it was observed that the essence of the Solidarity Economy is to produce, from the territories and their local realities, processes of social and economic organization that articulate the different Actors and Agencies present in the territory, from a perspective of solidarity between equals.

**Keywords:** Cooperativism. Solidarity Economy. Public policy. Handicrafts. Family farming. Territorial development.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo analizar la percepción de los actores del movimiento de Economía Solidaria sobre la importancia de la Artesanía y la Agricultura Familiar en la formación de su Circuito Económico. El recorte definido para el estudio se debe a que los dos segmentos económicos fueron cubiertos por la resolución aprobada en la primera Conferencia Nacional de Economía Solidaria en 2006. El estudio buscó analizar la percepción de los trabajadores de las empresas, de los directivos y del público y de los asesores y asesores de entidades de apoyo, que trabajaron en el circuito económico de la Economía Solidaria en el período comprendido entre 2001 y 2021. A partir de los datos recopilados a través de investigaciones documentales, bibliográficas y entrevistas semiestructuradas, se observó que la esencia de la Economía Solidaria es producir, a partir de los territorios y sus realidades locales, procesos de organización social y económica que articulen a los diferentes Actores y Agencias presentes en el territorio, desde una perspectiva de solidaridad entre iguales.

**Palabras clave:** Cooperativismo. Economía Solidaria. Política pública. Artesanía. Agricultura Familiar. Desarrollo Territorial.

## Introdução

O presente artigo analisa a percepção dos Atores do Movimento da Economia Solidária acerca da importância do Artesanato e da Agricultura Familiar na formação do seu Circuito Econômico.

O recorte definido para o estudo deve-se ao fato de serem os dois segmentos econômicos que foram contemplados pela resolução aprovada na primeira Conferência Nacional da Economia Solidária no ano de 2006, decisão esta que ampliou o critério de partícipes do movimento e reconheceu os empreendimentos de produtores familiares e/ou individuais, desde que estes se organizem coletivamente para compra de seus insumos, produção e beneficiamento ou venda de seus produtos.

O estudo buscou analisar a percepção dos entrevistados sobre o período entre os anos 2001 e 2021, espaço de tempo de vinte anos em que foi possível perceber como seus participantes interpretam a realidade na qual está inserida o movimento da Economia Solidária. Para tanto, foi necessário identificar e entrevistar diferentes atores sociais dos diferentes segmentos do movimento, dentre eles: trabalhadoras e trabalhadores de Empreendimentos; gestoras e gestores públicos e assessoras e assessores de Entidades de Apoio, como forma de aproximar diferentes percepções que compõem o mosaico que forma a diversidade da Economia Solidária.

As hipóteses levantadas a partir do tema de pesquisa foram: a) a incorporação de segmentos como a Agricultura Familiar e o Artesanato, que já possuem políticas públicas consolidadas, contribuiu para o circuito econômico da Economia Solidária no Rio Grande do Sul; b) a matriz conceitual da economia de subsistência, defendida por atores hegemônicos que formam o Movimento da Economia Solidária, contribuiu para o seu enquadramento como uma política vinculada à área da Assistência e não como um projeto de desenvolvimento econômico; c) essa mesma matriz conceitual, da economia de subsistência, levou à inadmissibilidade de participação dos micro e pequenos negócios familiares individuais urbanos na política de Economia Solidária.

Para responder às questões levantadas, as entrevistas semiestruturadas questionaram cinco dimensões: i) o processo de participação na elaboração e na definição das políticas estratégicas gerais; ii) a importância da resolução que incorporou o Artesanato e a Agricultura familiar; iii) razões da relação estratégia de desenvolvimento *versus* assistência social; iv) grau de relação dos empreendimentos com as micro e pequenas empresas familiares; v) avaliação sobre a proposta de ministério da Economia Solidária e apoio às micro e pequenas empresas.

Em termos metodológicos, destaca-se que os dados foram coletados por meio da pesquisa documental, bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. Ao realizar a escuta das gravações e a categorização das percepções, como forma de organizá-las a fim de responder ao tema de pesquisa e hipóteses propostas, foi possível consolidar algumas diretrizes que organizam o pensamento dos entrevistados e foi demonstrado que representam uma percepção homogênea para a ampla maioria sobre as hipóteses elencadas na pesquisa.

A importância deste estudo esteve em posicionar-se fora das leituras tradicionais, realizadas por parte representativa das pesquisas desenvolvidas sobre o tema que envolvem os movimentos sociais, que, via de regra, buscam reafirmar os seus grandes valores e princípios, mas ao não enfatizar e jogar luzes nas suas relações por vezes dissonantes, muitos estudos acabam por não contribuir para o aprimoramento e a qualificação da construção da política pública da Economia Solidária, bem como para o avanço das discussões acadêmicas nesta área de investigação.

Ao associar-se àqueles que realizam uma análise crítica da formulação e da implementação da política pública e de seus efeitos, pode-se contribuir para que os

trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária, que atuam nos empreendimentos, possam compreender seu lugar e possibilidades de avanço no desenho e nas aplicações de suas ações, bem como os gestores e as entidades de apoio.

O artigo está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira trata de perspectivas teóricas sobre Economia Solidária e suas relações com o desenvolvimento regional; a segunda apresenta o caminho metodológico percorrido para realização da pesquisa e, na terceira seção, por fim, analisam-se os dados e as hipóteses do estudo.

### **Economia Solidária: perspectivas teóricas**

A Economia Solidária (ES) é entendida como um Movimento Social em construção, que dialoga com diferentes setores economicamente organizados e busca consolidar uma identidade de espaço de convergência para um projeto de organização econômica e de sociedade mais generosa, fraterna e de mais igualdade entre iguais, diferenciando-se do modelo vigente e hegemônico.

Nesse sentido, Santos (2011) afirma que a Economia Solidária não se restringe a uma classe ou segmento de classe. Ela é muito mais ampla, pois resulta da convergência de múltiplos sujeitos que se unem e experimentam práticas coletivas, solidárias e autogestionárias. Esses distintos sujeitos se unem por apresentarem vários interesses em comum, embora mantenham suas particularidades em relação a como ocorre seu processo de adesão ao Movimento de Economia Solidária (MES) e suas vivências nos empreendimentos.

Conforme Lechat (2002) descreve, ao apresentar as origens da Economia Social e Solidária, a história das origens é sempre mitológica e, portanto, permeada por percepções, interpretações e projeções. Nesse sentido, na visão processual e dialética da história não se permite tratar do surgimento de uma nova realidade com início datado, pois todo processo tem seu tempo histórico: “[...] e o que chamamos de novo, recobre, em geral, fenômenos antigos reinterpretados, modificados pelas novas condições sócio históricas e que em determinado momento começam a tornar-se significativo para um grande número de pessoas [...]” (LECHAT, 2002, p. 1), traduzindo-se em uma ação conscientemente articulada coletivamente.

Para um dos maiores pensadores sobre a Economia Solidária no Brasil, Paul Singer (2002), a forma de organização da empresa solidária nega a separação do trabalho e a posse dos meios de produção que sempre caracterizaram o conjunto das empresas capitalistas. Nos empreendimentos de Economia Solidária, todos os trabalhadores e trabalhadoras são também proprietários dos meios de produção, o poder de decisão é compartilhado e os empreendimentos são administrados por sócios eleitos entre os próprios trabalhadores e trabalhadoras, divergindo do modelo capitalista, no qual a

propriedade dos meios de produção é dos investidores e não necessariamente de quem nela trabalha.

O Movimento de Economia Solidária no Brasil que inicia no contexto da crise econômica dos anos 1980 e seus reflexos nos anos 1990, teve seu processo de formação a partir da influência de diversas matrizes, com destaque para as seguintes iniciativas: i) O Movimento Sindical, que passou a atuar nas empresas recuperadas, propiciando que os trabalhadores e trabalhadoras assumissem a massa falida das empresas como uma forma de garantia e de proteção ao trabalho; ii) Universidades, a partir da constituição das Incubadoras Tecnológicas, trazendo o debate acadêmico das pesquisas científicas sobre as experiências de autogestão; iii) Organizações da Sociedade Civil, as quais agregaram formação e experiência de organização popular; iv) Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) com suas práticas de autogestão dos seus assentamentos; e, v) Igreja Católica, com as suas ações junto às comunidades de base (MARQUES, 2012).

Todos esses atores compuseram o mosaico de formação desse rico movimento, sendo que cada um, em maior ou menor medida, foi um agente propulsor deste acúmulo histórico, político, social e econômico que a Economia Solidária representa em nossa atualidade.

O Movimento da Economia Solidária (MES) foi fortalecendo-se ao longo dos anos, seja acumulando experiências a partir da redemocratização do país junto às iniciativas de autogestão, como nas vitórias de candidatos de partidos de esquerda progressistas em alguns pleitos eleitorais em nível subnacional que implementaram políticas de apoio e fomento, levando para dentro do Estado lideranças e seus conhecimentos acumulados no movimento social. Este fato propiciou que o tecido relacional do Estado se tornasse mais permeável aos atores dos movimentos sociais do Movimento da Economia Solidária, possibilitando inclusive que seus representantes viessem a ocupar cargos na estrutura estatal em espaços de implementação de políticas públicas destinadas ao setor. O trânsito entre atores e entre a sociedade civil e o Estado marcou a estruturação de muitas políticas públicas brasileiras desde a década de 1990, acentuando-se ainda mais ao longo dos anos 2000 (DAGNINO, OLVERA, PANFICHI, 2006; LAVILLE, 2011).

Com o avanço organizativo da Economia Solidária no Brasil, outras formas de organização dos empreendimentos foram ganhando forma e reconhecimento. Além das cooperativas, também as associações de produtores rurais, empresas mercantis autogestionárias, redes e cadeias produtivas solidárias, complexos cooperativos, centrais de comercialização, ou seja, outras formas de organização do trabalho, foram sendo reconhecidas para além do modelo na forma jurídica cooperativa. Espaços de concertação da política também foram reconhecidos, tais como Redes, Fóruns e Coletivos diversos de Economia Solidária, assim como as entidades de apoio e poder público. Nas Finanças Solidárias as cooperativas de crédito, os programas de microcrédito produtivo e orientado, fundos rotativos de financiamento, bancos comunitários de desenvolvimento, sistemas de aval solidário. No aspecto da comercialização: comércio ético, justo e solidário, feiras,

clubes de troca, consumo consciente. Enfim, as Entidades e organizações da sociedade civil, entidades de fomento e de apoio e outras organizações e movimentos sociais (MTE, 2007).

Portanto, diferentes formas em diferentes períodos históricos, a economia autogestionária teve, em sua formação e construção identitária, processos de resistência e ação coletiva com base na solidariedade entre iguais na busca da organização econômica de grupos sociais diversos. Por óbvio, como todo processo vivo, algumas experiências obtiveram maior sucesso e permanência e outras nem tanto, mas como afirma Singer (2002b), só existe um método disponível no laboratório da história: a tentativa e o erro.

O conceito de Economia Solidária é aceito e utilizado em diversos continentes para identificar processos produtivos que têm a solidariedade como base da sua organização, em contraste com o espírito de individualismo utilitarista marcante nas sociedades regidas pelo livre mercado. O termo nasceu e ganhou força na década de 1990, após a denominada ‘década perdida’, quando diversos cidadãos, produtores e consumidores, buscaram organizar iniciativas econômicas alicerçadas segundo os princípios da cooperação, autonomia e gestão democrática como forma de recuperar e garantir suas ocupações laborais e renda para a sua subsistência. (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Para Lechat (2002), a definição conceitual de Economia Solidária é algo que ainda está em construção e seu surgimento como setor próprio e digno de interesse particular passa por uma decisão teórico-político-ideológica, pois, por muitos anos sua prática estava imersa e reconhecida por diferentes denominações, como autogestão, cooperativismo, economia informal, por isso surge a inflexão do termo e conceito ‘popular’, adjetivando o cooperativismo e a economia como popular.

Paul Singer (2010) define a Economia Solidária como a “solidariedade entre iguais”, caracterizada pela ação coletiva dos explorados, cujo objetivo é a superação do ‘status quo’ de opressão a partir de uma perspectiva emancipatória expressa nas lutas dos movimentos sociais e nas iniciativas de auto-organização no campo político e econômico. Perspectiva que se encontra também em Laville e Gaiger (2009, p. 163) quando descrevem sobre “[...] a força de convergência de diferentes experiências, demandas e expectativas de inúmeros segmentos sociais, com suas tradições de luta e de organização [...]”.

Benine (2012) entende que o modelo de autogestão, adotado pelo Movimento da Economia Solidária e seus empreendimentos, opõe-se à alienação do trabalho, pois problematiza a sua construção histórica e teórica enquanto conceito e práxis. Nesse sentido, a defesa da autogestão remete a um projeto de futuro diferente do atualmente existente e que este processo de construção do novo não será sem contradições, pois não podemos negligenciar o poder da ideologia dominante. Em que pese os empreendimentos solidários terem vários elementos de funcionalidade ao capital, também se encontra em contradição com as suas mediações estruturantes.

Diferente destas perspectivas em tela, existem alguns autores que questionam o papel emancipador delegado à Economia Solidária. Para Santana (2018, p. 25), “[...] o projeto social Economia Solidária se insere no processo de reestruturação produtiva

neoliberal brasileira, exercendo o papel de um dos mecanismos gerenciadores da população supérflua de trabalhadores [...]” como forma de regulação da oferta e procura de trabalho.

Carvalho (2011) afirma que a Economia Solidária se afirma dentro da lógica de desenvolvimento que responde às condições de dominação econômica e ideológica presentes atualmente, pois atua com determinada funcionalidade ao sistema quando com um discurso antissistema atenua suas contradições ao dialogar com as necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras de forma mais suave, mas ainda dentro da lógica societária atual e, ao nascer dentro do capitalismo, só tem sentido dentro dessa realidade

Cruz e Fernandes (2014) nos trazem a perspectiva teórica de superação do modelo vigente a partir da leitura de que a aproximação da economia social e a Economia Ecológica, em sua acepção política e no reconhecimento da existência de um conjunto de práticas econômicas não capitalistas que organizam a produção e o consumo na busca da sustentabilidade, forjaram em seu processo histórico a emergência da Economia Solidária e da Ecologia Política como vertentes teóricas.

Essas diferentes conceituações teóricas trazem à luz a premissa que a Economia Solidária, sendo uma proposta de uma nova dinâmica social, que busca a sua construção em alternativa ao modelo hegemônico de sociedade e reprodução da vida no Capitalismo, trata-se de um processo vivo e permeado por suas relações sociais que interagem com suas territorialidades dialeticamente a partir da inserção dos seus atores sociais e diferentes capacidades de organização e pressão estabelecidas.

### **Desenvolvimento Regional e Economia Solidária**

A percepção hegemônica sobre a visão de desenvolvimento das cidades e das regiões presente hoje em nossa sociedade está vinculada à perspectiva de que a atração e instalação de grandes empreendimentos, com farto capital e incorporação de especializações exógenas, é a condição necessária para garantir o progresso de uma cidade ou região. Via de regra, este desenvolvimento é medido apenas pelo faturamento bruto total e a elevação da média da renda *per capita* deste território.

A ideia do desenvolvimento econômico como elemento fundante do progresso, dissociado da melhoria da qualidade de vida no território, é hegemonicamente aceita em nossa sociedade e foi construída historicamente com base nos princípios capitalistas e ocidentais, em que se excluem os elementos sociais e ambientais. Após a Segunda Guerra Mundial, a percepção de desenvolvimento foi consubstanciada a partir de um ideário economicista, etnocentrista e conservador, não pressupondo a necessidade de que a riqueza socialmente produzida viesse a elevar o bem-estar social do conjunto da população envolvida, ocasionando uma mudança social positiva como reflexo no território (SOUZA, 2010).

Ainda na percepção de Souza (2010), o desenvolvimento deve pressupor a melhoria da qualidade de vida e da justiça social no território, entendendo o espaço em toda a sua

multidimensionalidade, como palco, fonte de recursos e lugar de produção de novas referências simbólicas e de identidades tendo por base o preexistente.

Nesta perspectiva, a Economia Solidária pode ser um importante vetor de promoção do desenvolvimento regional, segundo Gomes *et al* (2007), ela:

valoriza a diversidade, preocupa-se com a relação do ser humano com o meio ambiente do qual é parte, oferece alternativas para uma construção social de desenvolvimento econômico, para a desmistificação das técnicas, para a democratização da ciência e da tecnologia e para o pleno exercício da cidadania. (2007 *apud* SILVA e SILVA, 2008, p. 9)

A estratégia da Economia Solidária assenta-se nestes pressupostos conceituais e metodológicos e, portanto, sua existência fortalece os processos de desenvolvimento local e territorial, pois articula as estratégias de melhoria de qualidade de vida das pessoas com a combinação das ações estruturantes de acesso às alternativas locais de criação de trabalho e renda.

Sendo a Economia Solidária um movimento que se associa a uma visão que não leva em consideração apenas o eixo econômico e de acumulação de capital de forma concentrada, entende o desenvolvimento como um fenômeno que leva em consideração todas as dimensões presentes no território, sejam elas econômicas, sociais, políticas e culturais, na busca constante da melhoria da qualidade de vida para o conjunto da coletividade. Esta, portanto, se legitima como importante instrumento de concertação política e social na perspectiva do Desenvolvimento Regional.

Não se trata de futuro, são conceitos já internalizados na ideologia do movimento da Economia Solidária, associar ainda mais as práticas com a literatura como forma de difundir conhecimento e consolidar um novo fazer na dinâmica de reprodução da vida nos territórios.

### **Aspectos metodológicos: método de abordagem e de procedimento**

A perspectiva adotada para a análise proposta tem por base a sociologia relacional, uma teoria definida como de médio alcance e que permite diagnosticar o fio condutor das estratégias dos Atores Sociais no pensar e construir a política pública em seus Territórios, tendo com instrumentos a análise das Redes de Relações e suas formações de Coalizões na defesa de interesses do presente, mas consubstanciadas pelas suas relações do passado.

Para Motta (2008), essa perspectiva além de dialogar com um amplo leque de autores no campo das ciências sociais, cita Marx, Foucault, Poulantzas e Bourdieu, tem em comum com esses a compreensão de que os direitos são constituídos a partir dos conflitos sociais. O modelo relacional compreende que os distintos fenômenos são constituídos a partir do estabelecimento de relações entre atores inseridos tanto na sociedade civil como no Estado, estabelecendo assim a ideia de que as leis formalizadas são resultado direto das disputas que são travadas nas instituições modernas.



De acordo com Marques (2007), a abordagem relacional parte do pressuposto da preponderância do conjunto das relações como fator explicativo dos fenômenos sociais em oposição às análises pautadas no individualismo metodológico, que entende o indivíduo como centralidade para a explicação destes mesmos fenômenos. Essa perspectiva de médio alcance adotada na pesquisa busca aportar um conjunto de ferramentas analíticas e metodológicas que permitam identificar e compreender certos fenômenos sociais com base nos vínculos constituídos entre os atores que estiveram envolvidos na sua produção. Segundo o autor, as redes sociais de relacionamento pretéritas constroem as ações e as estratégias adotadas pelos atores.

O recorte definido para a pesquisa contemplou os dois segmentos econômicos que foram contemplados pela resolução aprovada na primeira Conferência Nacional da Economia Solidária no ano de 2006: a Agricultura Familiar e o Artesanato. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com diferentes atores sociais desses segmentos: Trabalhadoras e Trabalhadores de Empreendimentos, Gestoras e Gestores Públicos e Assessoras e Assessores de Entidades de Apoio, atuantes no período de 2001 a 2021. Foi realizada análise documental e revisão bibliográfica, bem como análise de conteúdo baseada nas seguintes categorias: cooperativismo; Economia Solidária; política pública; artesanato; agricultura familiar e desenvolvimento territorial; circuito econômico; coalizões sociais.

A opção empírica para os entrevistados desta pesquisa está focada no Estado do Rio Grande do Sul, mesmo que muitos atores tenham atuado nacionalmente na construção da Política Nacional da Economia Solidária. Foram quatorze entrevistas, sendo apenas uma não residente no estado. Dois convidados declinaram de participar deste estudo: o primeiro por considerar que a questão da relação com as micro e pequenas empresas é “mexer em um vespeiro desnecessário”<sup>1</sup>. O segundo por não considerar pertinente “expressar opinião sobre a perspectiva da economia de subsistência”<sup>2</sup>. Assim, ambos declinaram participar da pesquisa, por mais que fosse garantida a não divulgação de suas identidades.

O conjunto dos quatorze entrevistados estão segmentados em quatro representantes da Agricultura Familiar (AF), três representantes do Artesanato (ART), quatro representantes de Entidades de Apoio (EA) e três representantes de Governo (GOV), sendo dois nacionais e um estadual.

Este critério de composição para a escolha dos quatorze entrevistados deveu-se à necessidade de contemplar os diferentes segmentos que atuam e são reconhecidos como parte integrante do movimento da Economia Solidária no Brasil, atores com representação

---

<sup>1</sup> Representante do movimento sindical nacional que considerou incômodo tratar dos temas pautados na entrevista.

<sup>2</sup> Ativista vinculado à igreja católica e que considerou que seria imprudente expressar suas opiniões pessoais.

social nos seus respectivos segmentos, como forma de compor uma média da percepção do todo.

Como instrumento de escolha para cumprir o critério, utilizamos a escolha da amostragem pelo método em bola de neve e no conjunto das indicações verificamos aqueles para compor a necessidade de representação dos diferentes segmentos.

Não obstante, reconhecemos a limitação pelo fato de estarmos analisando a percepção dos atores sociais que estão carregadas de sua historicidade e de premissas subjetivas acerca dos temas e problematizações exploradas no decorrer das entrevistas sobre o tema de pesquisa.

**Quadro 1. Entrevistados**

<b>Entrevistado</b>	<b>Descrição</b>	<b>Localização</b>
AF1	Produtor Familiar e Articulador regional na agroecologia na região planalto.	RF9 - Produção
AF2	Membro de cooperativa de consumo ligada à agroecologia familiar.	RF4 - Litoral.
AF3	Produtor e Dirigente de cooperativa de produção de sucos e óleos essenciais.	RF1 - Vale do Caí
AF4	Dirigente da entidade de representação da agricultura familiar.	RF1 - Metropolitana Delta do Jacuí.
ART1	Artesã organizada em rede de produção e articuladora do fórum da Economia Solidária.	RF1 - Metropolitana Delta do Jacuí.
ART2	Artesã e dirigente estadual e nacional do fórum de articulação das entidades de artesanato.	RF1 - Vale do Rio dos Sinos
ART3	Artesão e dirigente do Sindicato Estadual	RF1 - Metropolitana Delta do Jacuí.
EA1	Assessora Técnica de uma Fundação de Apoio a projetos à Economia Solidária.	RF1 - Metropolitana Delta do Jacuí
EA2	Professor, pesquisador de ITCP.	RF5 - Sul
EA3	Assessora técnica de uma Fundação de Apoio a projetos à Economia Solidária.	RF1 - Metropolitana Delta do Jacuí.
EA4	Presidente de ONG com diversos projetos de fomento a nível nacional e estaduais.	RF1 - Metropolitana Delta do Jacuí.
GOV1	Governo Estadual - Gestão 2011 - 2014.	RF1 - Metropolitana

		Delta do Jacuí.
GOV2	Governo Federal - SENAES.	Brasil
GOV3	Governo Federal - Presidência.	Brasil

Legendas: AF - Agricultura Familiar; ART - Artesanato; EA - Entidade de Apoio; GOV - Governo; RF - Região Funcional Administrativa do Estado do RS.

Fonte: elaborado pelos autores.

Este estudo analisou o debate sobre a formulação e a implantação das políticas públicas de Economia Solidária entre os anos de 2001 a 2021, perfazendo suas duas décadas de construção, enquanto processo vivo, com suas valorações e contradições. Para tanto, necessitou identificar nacionalmente os atores e as agências sociais que atuaram na sua formulação e buscou identificar a percepção dos trabalhadores e das trabalhadoras dos empreendimentos acerca dessas decisões que incidem em suas vidas de forma objetiva, no território do RS.

Em acordo com o objeto desta pesquisa, buscamos identificar nas falas, que compõem o conjunto de entrevistas, a percepção dos atores do movimento acerca da importância da inclusão do Artesanato e da Agricultura Familiar nos critérios para ser parte da Economia Solidária, de forma complementar, suas percepções sobre o processo de construção da Política Pública e o lugar no desenho institucional, bem como a relação com os micros e pequenos negócios familiares.

### **Integração dos setores da Agricultura Familiar e do Artesanato para a consolidação da Economia Solidária**

Para situar no tempo, o processo de construção da Política Nacional da Economia Solidária ocorre há 20 anos e é realizado em uma longa dinâmica constituída por diversas Plenárias Estaduais, Plenárias Nacionais, bem como pelas suas Conferências Nacionais. A primeira Plenária Nacional aconteceu no decorrer do conjunto de atividades do Fórum Social Mundial de 2002, na cidade de Porto Alegre/RS e a primeira Conferência no ano de 2006 na cidade de Brasília/DF.

Em 2022 ocorreu a VI Plenária Nacional com o tema “Economia Solidária como estratégia de resistência e alternativa ao capitalismo, na luta pela radicalização da democracia” (FBES, p. 12, 2022) e a terceira e última Conferência Nacional ocorreu no ano de 2014 com o tema “Pelo direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável.” (SENAES, 2014)

Um dos princípios do movimento da Economia Solidária é a busca da horizontalidade nos processos de decisões e, neste sentido, a fluência de espaços de participação tornam-se fundamentais para a construção do sentimento de pertencimento, como fica demonstrado no conjunto das Conferência e Plenárias, nas quais percebe-se as diferentes coalizões atuando na defesa de suas visões e propostas para o movimento.

No entanto, percebemos que os entrevistados, mesmo que dirigentes ou importantes lideranças do seu segmento, apresentam reiteradas vezes a ideia de participantes circunstanciais nos processos decisórios mais gerais, mas deixando de validar o processo como um todo.

Observou-se que há uma ampla convergência na percepção da relevância da integração dos setores da Agricultura Familiar e do Artesanato para a consolidação da Economia Solidária enquanto movimento, pois todos os entrevistados entendem que esse fato conseguiu dar maior visibilidade e concretude ao fazer econômico da Economia Solidária. Entende-se de forma ampla que o fato da inexistência de um marco jurídico para a Economia Solidária reforça a importância das estratégias de aliança com estes setores, como também retarda uma aproximação definitiva para além de uma estratégia de organização social.

Nessa conformação, é identificável nos relatos da pesquisa, a existência de formação de coalizões de defesa internas ao movimento, quando cada segmento, mesmo reconhecendo ser parte do todo, busca articular seus atores a influenciar nos rumos da Política Pública, exercendo pressão como forma de privilegiar os seus coletivos na distribuição de recursos públicos.

No que tange ao aspecto sobre o debate das razões da Economia Solidária ter seu lugar no desenho institucional da política pública, via de regra, na assistência social ou proteção ao trabalho, foram elencadas diferentes percepções e construções teóricas. Mesmo para as representações confessionais, que por ser a igreja católica hegemônica no seu processo organizativo, a premissa da “economia dos pobres” alicerça a ideia força da subsistência, o que sustenta a não necessidade da busca de um resultado econômico que gere algum grau de acumulação de capital, na contramão da percepção de que desenvolvimento só é possível com acumulação de capital, que gera mais produção e mais riqueza, em um ciclo contínuo, o que contribui para manter a política no campo da assistência social.

No entanto, é latente o constrangimento dos entrevistados no que tange à análise pública do papel da igreja na construção da Economia Solidária, enquanto agenda de assistência social. Nesse aspecto, é perceptível o quanto o aporte teórico da Teoria Relacional é instrumento eficaz de diagnóstico para o objeto de pesquisa, pois desnuda o quanto as redes de relações históricas e sociais condicionam as decisões e narrativas públicas, mesmo que a maioria já atua há muito tempo fora das congregações religiosas.

A partir das entrevistas e dos dados da pesquisa, afirma-se que esse caráter hegemônico assistencial que ainda está presente no Movimento e reflete no desenho institucional das atuais Políticas Públicas de Economia Solidária. Esta política, que ainda não é de Estado, tem sido levada, dentro da estrutura organizacional de diferentes Governos, com algumas exceções, para o espaço de proteção ao trabalho ou da assistência social.

Verificou-se também a existência de diferentes vetores que se complementam, pois mesmo que exista um recorte ideológico para compor o movimento da Economia Solidária,

que é estar na perspectiva de organização coletiva para o enfrentamento do sistema vigente, não houve um veto à inclusão das micro e pequenas empresas familiares. De fato, isso foi uma opção política em atender aos setores mais organizados, dentro da perspectiva de um governo de composição e pautado pelo atendimento de demandas pré-existentes.

A política da Secretaria Nacional da Economia Solidária só pode ser implementada com caráter complementar às políticas pré-existentes junto aos diferentes Ministérios que eram responsáveis por cada um dos públicos que estabeleciam interface com a Economia Solidária. Foi preciso compreender que a opção pela organização coletiva, via cooperativismo, já está consolidada na organização dos Agricultores Familiares e dos Artesãos. A perspectiva individual ainda é amplamente hegemônica para as micro e pequenas empresas familiares urbanas, o que levou à opção de não investimento, pois, sendo os recursos escassos, a opção política foi de reforçar o que está mais próximo do projeto político estratégico do associativismo, como estratégia de organização econômica, buscando dar um salto de qualidade transpondo para um projeto de vida e organização social.

No entanto, é preciso afirmar que mesmo que as Micro e Pequenas Empresas (MPE's) familiares não estejam contempladas, há grande acordo, quase unânime, que se a Economia Solidária quiser ser uma estratégia de desenvolvimento efetiva e que se afirme como projeto alternativo, faz-se necessário dialogar e construir pontes de diálogo e relação com as MPEs, inclusive como forma de atração para dentro do circuito econômico dos empreendimentos da Economia Solidária.

Portanto, o resultado da pesquisa valida as duas primeiras hipóteses e não valida a terceira, ou a valida apenas em parte.

### **Considerações Finais**

Ao analisar a experiência das políticas de Economia Solidária e sua implementação nos seus sistemas produtivos autogestionados, mesmo que haja um processo bastante amplo de espaços de concertação, foi possível perceber um descolamento entre a narrativa programática das lideranças para com a percepção das suas bases acerca de temas relevantes, como os tratados por esta pesquisa. A percepção relatada por alguns entrevistados de “conceitos estratégicos rarefeitos”, pode estar na base e ser o elemento estruturante desse distanciamento.

Nessa linha, a experiência de inclusão dos artesãos e agricultores familiares no campo da Economia Solidária é percebida como uma política acertada de forma unânime entre os atores entrevistados, considerando-os legítimos partícipes quando organizados em Redes de Cooperação, Cooperativas ou Grupos de Comercialização ou de Compra de Insumos, pois a sua condição individual e familiar foi extrapolada. Além disso, a inclusão desses setores com maior reconhecimento social e que já são beneficiários de políticas públicas de apoio e de fomento dentro do seu circuito econômico, tem contribuído

efetivamente para reforçar a legitimidade social e o reconhecimento econômico da Economia Solidária, enquanto projeto de organização econômica.

No que tange à relação com o Desenvolvimento Regional, foi possível depreender que as potencialidades de um sistema produtivo cooperativado da Economia Solidária não estaria na exclusão dos diferentes atores econômicos, mas sim na construção de novas relações comerciais, através de Redes de Cooperação que possibilitem a formação de um círculo econômico mais virtuoso. Pode-se projetar que ao atrair as micro e pequenas empresas familiares e individuais, a Economia Solidária poderia incorporar mais capital social e econômico para o seu modelo de negócio e, assim, dar mais visibilidade para sua característica como indutora de desenvolvimento com bases alternativas ao modelo vigente.

Como exercício de análise, entendendo que a política de Economia Solidária ainda está em um processo de construção histórica e social, entende-se que essas dissonâncias que permeiam o diálogo e a compreensão sobre os seus próprios desafios, como possível resultado de uma combinação e construção de sínteses entre processos visíveis de verticalidades que buscam impor e moldar a partir de conceitos exógenos. De forma combinada interage com os processos vivos de horizontalidades nos territórios, produzindo uma nova síntese, a cada novo momento, transformando a realidade, moldando o futuro com uma proposta de reprodução da vida alicerçada na cooperação e na solidariedade, diferente e contrapondo a visão hegemônica em nossa realidade presente.

Essa é a essência da Economia Solidária, produzir a partir dos territórios e suas realidades locais, processos de organização sociais e econômicos que articulem os diferentes atores e agências presentes no território em uma perspectiva de solidariedade entre iguais.

No decorrer do amadurecimento da pesquisa, foi possível entender que uma estratégia de desenvolvimento tem que levar em conta uma ampla política de fomento ao associativismo, tendo como elemento organizador as experiências e os acúmulos dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). Essas iniciativas têm se demonstrado como um excelente instrumento de organização do tecido social na perspectiva de não exploração e da acumulação individual, pois organizam coletivamente a economia local, envolvendo diversos atores sociais e econômicos na perspectiva do desenvolvimento territorial com base na autogestão.

## Referências

BENINI, Édi Augusto. *Sistema orgânico do trabalho: arquitetura crítica e possibilidades*. São Paulo: ICONI, 2012.

CARVALHO, Keila Lúcio de. *Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento: Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile*. CODE 2011 - Anais do Circuito de Debates Acadêmicos. Brasília: Ipea, 2011.

CRUZ, Antônio; FERNANDEZ, Lúcio. *DESACUMULAÇÃO SOLIDÁRIA Entropia e tecnologia, ética e autogestão: a síntese dos movimentos sociais para a Economia Solidária e a ecologia*. Centro de Documentación Virtual Coomesa. Cali, 2014 Disponível em: <<https://repositorio.coomesa.com.co/handle/coomesa/2347>> Acessado em: 1 nov. 2020.

DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. *Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina*. In: DAGNINO, E., OLVERA, A., PANFICHI, A. (Orgs). *A disputa pela construção democrática na América Latina* São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, p.13-91, 2006.

\_\_\_\_\_. *Documento Final da I Conferência Nacional da Economia Solidária*. Brasília. 2006. Disponível em: <<https://fbes.org.br/download/iconaes-2006-documento-final-pdf/>> Acesso em: 01 dez. 2020.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. *Economia Solidária*. in: Dicionário Internacional da outra economia. p. 162. Coimbra: Almedina, 2009.

LECHAT, Noelle Marie Paule. *As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil (palestra)*. In: *Economia Solidária*. vol. 01. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 20 de março de 2002.

MARQUES, Eduardo. *Mecanismos Relacionais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 157-161, 2007.

MARQUES, Paulo L. *Outra Economia em movimento: Um estudo sociológico do Movimento Social da Economia Solidária no Brasil*. Revista do Congresso dos Professores de Ensino Superior da Rede Sinodal de Educação, v. 2, p. 56-58, 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria Nacional de Economia Solidária – Fórum Brasileiro de Economia Solidária - Grupo de trabalho de Formação em Economia Solidária. Relatório Final da II Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária. Brasília: 2007.

MOTTA, Luís Eduardo. *O Conceito de Estado e de Sociedade Civil na Perspectiva Relacional: Conflitos e Relações de Poder nas Arenas Públicas*. Encontro de Administração Pública e Governança. Salvador: 2008

SANTANA, José da Conceição. *A Economia Solidária e sua impossibilidade como movimento transformador social no capitalismo*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2018.

SANTOS, Aline Mendonça. *Sobre os Atores do Movimento de Economia Solidária no Brasil: Qual sujeito? Qual reconhecimento? Qual lugar?* In: Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, XI, 2011. Salvador/BA.

SILVA, José Luís Alves da; SILVA, Sandra Isabel Reis da. *A Economia Solidária como base do desenvolvimento local*, e-cadernos CES [Online], 02 | 2008, Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/eces.1451>> Acessado em: 12 nov. 2022.

SINGER, Paul. *A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. *Solidariedade na Sociedade de Classes*. Oficina autogestionada durante o Fórum Social Mundial. Canoas, 2010. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2010/02/01/brasil-forum-social-mundial-e-a-luta-pela-terra/>> Acesso em: 28 fev. 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes. Planejamento e gestão urbanos como ferramentas de promoção do desenvolvimento sócio espacial. In: SOUZA, Marcelo Lopes. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão do urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

#### **Sobre o/a (s) autor/a (s):**

##### **Silvio Cezar Arend**

Economista (FISC, 1999), Me. em Economia Rural (UFRGS, 1993), Dr. em Economia (UFRGS, 2001) e estágio pós-doutoral (UNIOESTE, 2015). Professor Titular, Departamento de Gestão de Negócios e Comunicação e Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). E-mail: [silvio@unisc.br](mailto:silvio@unisc.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7685-3710>.

##### **Alonso Nunes Coelho**

Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2023). Especialista em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (2012). E-mail: [alonsonunescoelho@gmail.com](mailto:alonsonunescoelho@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-8733-9987>.

##### **Cidonea Machado Deponti**

Pós-doutora em Sociologia do Desenvolvimento – UFRGS/RS. Doutora em Desenvolvimento Rural – UFRGS/RS. Mestra em Integração Latino-Americana – UFSM/RS. Especialista em Desenvolvimento Rural e Agroecologia – UFRGS/RS. Bacharela em Ciências Econômicas – UFSM/RS. Docente vinculada ao Departamento de Gestão de Negócios e Comunicação da UNISC/RS. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC/RS. E-mail: [cidonea@unisc.br](mailto:cidonea@unisc.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8833-1450>.